

Despesas Penduradas

Os números são astronômicos: o governo estima uma soma de Cz\$ 1 trilhão para custear benefícios, vantagens e anistias que a Constituinte empilhou em seu exercício distributivista, sacando contra um país cuja economia entrou em compasso de espera e cuja taxa de investimentos estagnou já faz tempo.

Transformados em dólares, todos os benefícios extras representariam quase 4% da dívida externa brasileira, ou US\$ 4,6 bilhões. É fácil compreender o que isso significa comparando-se o montante com o enorme esforço que o país realiza para gerar um superávit de 10 bilhões de dólares em seu comércio exterior, sem os quais não consegue ajustar o balanço de pagamentos onerado pelos juros da dívida externa.

Muitas das intenções dos constituintes foram boas, como a redução do limite de idade da aposentadoria de 60 para 55 anos. Só que o legislador não fez as contas para verificar qual a implicação do ingresso de 2 milhões de novos aposentados na folha de pagamento da Previdência Social, nem garantiu a origem dos fundos.

A curto prazo o distributivismo embutiu aumentos de custos sem qualquer compromisso com o aumento da produtividade, isto é, da capacidade real da economia para distribuir mais, capitalizando-se o suficiente para investir e sustentar o aumento da produção. Na verdade, se há um ponto deploravelmente falho nessa Constituinte, é o completo alheamento do legislador para a modernidade, para as transformações que ocorrem em todo o mundo no relacionamento capital-trabalho e para a busca permanente de eficiência.

Produziu-se um documento que gasta mais, sem empurrar a economia para a frente, sem criar os

meios para produzir mais. Inchou-se o Estado, dificultou-se a cooperação do capital estrangeiro e alargaram-se as fronteiras do Estado e das empresas cartoriais.

Muitos dos custos adicionais que a Constituinte criou vão recair sobre o próximo governo. Há um certo toque de insensatez, portanto, naquelas lideranças partidárias que esperam assumir algum papel no futuro, e não medem as conseqüências do seu voto no presente, distribuindo favores que não poderão pagar.

Essa é a mesma insensatez que leva lideranças novas a tentarem se firmar à custa do clientelismo, como ocorreu com a votação da anistia indiscriminada da correção monetária para pequenos e médios empresários. Pensando alvejar o sistema bancário privado, os patronos da anistia ignoraram que mais de dois terços da conta irão esbarrar nos bancos estatais, ou seja, no bolso dos contribuintes.

A Constituinte vai deliberar, em segundo turno, sobre questões cruciais como a jornada de 6 horas, votada sem se lembrar de que siderúrgicas estatais e a Petrobrás vão terminar sendo obrigadas a trabalhar com uma semana mais curta que todo o resto da economia. Vai repassar questões de puro fundo ideológico, como as restrições a contratos de risco, ou, finalmente, o adicional de 5% do Imposto de Renda que os Estados podem criar, num momento em que os contribuintes já pagam as alíquotas mais altas do mundo, e o próprio Governo Federal, através da Secretaria da Receita, fala em reduzi-las para conter a evasão fiscal. Tudo isso requer responsabilidade, mais que o alheamento à realidade brasileira que o cenário abstrato do Congresso impôs a legisladores agora voltados para disputas municipais.